

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 83/XII/ 1.ª SL

Aos 4 dias do mês de Julho de 2012, pelas 10:40 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

10:30 horas

1. **Distribuição de iniciativas legislativas;**
2. **Distribuição de iniciativas europeias;**
3. **Apreciação e votação de parecer sobre as seguintes iniciativas legislativas:**
 - **Proposta de Lei n. 66/XII/1.ª (GOV) - "Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 286/2009, de 8 de outubro, que regula a assistência e o patrocínio judiciário aos bombeiros, nos processos judiciais em que sejam demandados ou demandantes, por factos ocorridos no âmbito do exercício de funções" - Relator: Deputado Filipe Neto Brandão (PS);**
 - **Proposta de Lei n.º 72/XII/1.ª (GOV) - "Define meios de prevenção e combate ao furto e recetação de metais não preciosos, mas com valor comercial, e prevê mecanismos adicionais e de reforço no âmbito da fiscalização pelas forças e serviços de segurança da atividade de gestão de resíduos" - Relator: Deputado João Oliveira (PCP);**
4. **Apreciação e votação de relatórios finais de petições;**
5. **Apreciação e votação de relatórios sobre iniciativas europeias, designadamente sobre:**
 - **COM(2012)238 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à identificação eletrónica e aos serviços de confiança para as transações eletrónicas no mercado interno . Esta iniciativa tem ainda associados os seguintes documentos de trabalho: a Avaliação de Impacto [SWD(2012)135] e o Resumo da Avaliação de Impacto [SWD(2012)136] - Relator: Deputado João Lobo (PSD);**
 - **COM (2012) 226 final - Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Estratégias nacionais de integração dos ciganos: um primeiro passo para a aplicação do quadro da UE. SWD (2012) 133 final - Relatora: Deputada Isabel Simões Pinto (PSD);**
6. **Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 53/XII/1.ª (GOV) - "Aprova a Lei Antidopagem no Desporto, adotando na Ordem Jurídica Interna as regras estabelecidas no Código Mundial Antidopagem e revogando a Lei n.º 27/2009, de 19 de Junho", solicitado pela Comissão de Educação, Ciência e Cultura - Relatora: Deputada Isabel Alves Moreira (PS);**
7. **Distribuição e votação das atas n.ºs 73 a 82, correspondentes às reuniões de 1 a 28 de Junho de 2012;**
8. **Outros assuntos.**

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Fernando Negrão, foi distribuído o Projecto de Lei n.º 258/XII (PCP), que [Altera o artigo 47.º do Código do Direito de](#)

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 83/XII/ 1.ª SL

[Autor e dos Direitos Conexos - sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de Março](#), tendo sido nomeada sua Relatora a Senhora Deputada Andreia Neto (PSD).

O Senhor Presidente informou a Comissão de que, na última reunião da Conferência de Presidentes, fora de novo suscitada a questão da repartição de competências entre comissões parlamentares em matéria de direitos de autor, tendo havido uma clarificação no sentido de que a matéria em causa passaria a ser sempre da competência própria da 1ª Comissão, regressando assim ao seu núcleo de competências.

No segundo ponto da ordem de trabalhos, foram distribuídas as seguintes iniciativas europeias:

| Iniciativa | Deputado(a) Relator(a) |
|---|--|
| Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à conclusão do Acordo entre a União Europeia e a República da Moldávia que altera o Acordo entre a Comunidade Europeia e a República da Moldávia sobre a facilitação da emissão de vistos [COM(2012)268]. | Deliberado não escrutinar |
| COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Estratégia da União Europeia para a erradicação do tráfico de seres humanos 2012-2016 [COM(2012)286]. | Deputada Maria Paula Cardoso (PSD) |
| Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece um quadro de gestão da responsabilidade financeira relacionada com os órgãos jurisdicionais de resolução de litígios entre investidores e o Estado, criados por acordos internacionais em que a União Europeia é parte [COM(2012)335]. <i>Obs: Distribuído também à Comissão de Economia e Obras Públicas</i> | Deputado João Lobo (PSD) |
| Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à conclusão do Acordo entre a União Europeia e a República da Turquia sobre a readmissão de pessoas que residem sem autorização [COM(2012)239]. | Deliberado não escrutinar |
| Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho - relatório intercalar sobre o desenvolvimento do sistema de informação Schengen de segunda geração (SIS II) (julho 2011 - dezembro 2011) [COM(2012)334] | Deputada Teresa Anjinho (PP) [já relatora da COM (2012) 230 sobre a mesma |

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 83/XII/ 1.ª SL

| | matéria] |
|---|---------------------------------------|
| <p>Proposta alterada de Regulamento do PE e do Conselho relativo à criação do sistema «EURODAC» de comparação de impressões digitais para efeitos da aplicação efetiva do Regulamento (UE) n.º [...] [que estabelece os critérios mecanismos de determinação do Estado-Membro responsável pela análise de um pedido de asilo apresentado num dos Estados-Membros por um nacional de um país terceiro ou um apátrida] e a pedidos de comparação com os dados EURODAC apresentados pelas autoridades responsáveis dos Estados-Membros e pela Europol para fins de aplicação da lei e que altera o Regulamento (UE) n.º 1077/2011 do PE e do Conselho que cria uma Agência europeia para a gestão operacional de sistemas informáticos de grande escala no espaço de liberdade, segurança e justiça (Reformulação) [COM(2012)254]</p> <p><i>Reformulação da COM(2010)555, que foi escrutinada pela 1.ª Comissão em 2010 (tendo sido sua relatora a Dep. Celeste Correia)</i></p> | <p>Deputado Luis Pita Ameixa (PS)</p> |

O Senhor Deputado João Oliveira (PCP) apresentou sucintamente o seu parecer sobre a Proposta de Lei n.º 72/XII/1.ª (GOV) - "*Define meios de prevenção e combate ao furto e recetação de metais não preciosos, mas com valor comercial, e prevê mecanismos adicionais e de reforço no âmbito da fiscalização pelas forças e serviços de segurança da atividade de gestão de resíduos*"

Intervieram em seguida os Senhores Deputados Sérgio Sousa Pinto (PS), Hugo Velosa (PSD) e Teresa Anjinho (CDS/PP), que se pronunciaram sobre a iniciativa legislativa e o parecer apresentado.

O Senhor Deputado Sérgio Sousa Pinto (PS) felicitou o Relator por ter abordado alguns dos aspectos sensíveis da iniciativa, em particular a violação dos princípios da proporcionalidade (em todas as suas vertentes) e da necessidade, designadamente no que respeita à autorização genérica e permanente para buscas e no que toca ao sistema de videovigilância, que considerou serem soluções de difícil articulação com as regras básicas do Estado de Direito, medidas que tornavam a iniciativa dificilmente susceptível de melhoria. O Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD) observou que a iniciativa não era perfeita, mas recordou que algumas das críticas suscitadas eram abordadas nos pareceres emitidos pelas entidades consultadas pelo Governo apenas

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 83/XII/ 1.ª SL

no sentido de serem sugeridas melhorias, para a introdução das quais, em fase de especialidade, o Grupo Parlamentar do PSD estava disponível. A Senhora Deputada Teresa Anjinho (CDS/PP) saudou o Relator e considerou que as reflexões constitucionais que apresentava mereciam ponderação, recordando, porém, que algumas destas soluções já estavam previstas noutros diplomas legais, designadamente na Lei das Armas. O Relator recomendou, por fim, para o efeito da melhoria da iniciativa, a leitura atenta dos pareceres emitidos, atento o conjunto de questões neles suscitadas que mereciam a melhor atenção, designadamente e matéria de revistas e buscas e de pena acessória.

Submetidas a votação, as partes I e III do parecer foram aprovadas por unanimidade, na ausência do PEV.

Em seguida, o Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS) apresentou o seu parecer sobre a Proposta de Lei n. 66/XII/1.ª (GOV), que "*Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 286/2009, de 8 de outubro, que regula a assistência e o patrocínio judiciário aos bombeiros, nos processos judiciais em que sejam demandados ou demandantes, por factos ocorridos no âmbito do exercício de funções*".

Submetidas a votação, as partes I e III do parecer foram aprovadas por unanimidade, na ausência do PEV.

Não havendo relatórios finais de petições para apreciar, foram apresentados e aprovados por unanimidade, na ausência do PEV, os relatórios sobre as seguintes iniciativas europeias:

- COM(2012)238 - *Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à identificação eletrónica e aos serviços de confiança para as transações eletrónicas no mercado interno* (associados os documentos de trabalho: Avaliação de Impacto [SWD(2012)135] e Resumo da Avaliação de Impacto [SWD(2012)136] , que foi apresentado brevemente pelo respectivo Relator, Senhor Deputado João Lobo (PSD);
- COM (2012) 226 final - *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões -*

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 83/XII/ 1.ª SL

Estratégias nacionais de integração dos ciganos: um primeiro passo para a aplicação do quadro da UE [SWD (2012) 133 final], que foi apresentado brevemente pela respectiva Relatora, Senhora Deputada Isabel Simões Pinto (PSD), a quem foi testemunhado o apreço pela presença na Comissão, em substituição da Senhora Deputada Carla Rodrigues por período que nessa data terminava.

No sexto ponto da ordem de trabalhos, a Senhora Deputada Isabel Alves Moreira (PS) apresentou o seu parecer, em matéria de constitucionalidade, acerca da Proposta de Lei n.º 53/XII/1.ª (GOV), que "*Aprova a Lei Antidopagem no Desporto, adotando na Ordem Jurídica Interna as regras estabelecidas no Código Mundial Antidopagem e revogando a Lei n.º 27/2009, de 19 de Junho*", solicitado pela Comissão de Educação, Ciência e Cultura.

Interveio em seguida o Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD) que explicou que o pedido de parecer tivera origem num requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, dirigido ao Presidente daquela Comissão, mas sobre o qual esta não se pronunciara, no âmbito de um grupo de trabalho. Lembrou que Portugal subscrevera uma Convenção da Unesco sobre o combate ao doping no desporto, que a presente iniciativa visava transpor. Contestou alguns pontos do parecer, que apontavam para a inconstitucionalidade da PPL e observou que a fundamentação aduzida que subjazia a tal juízo se mostrava insuficiente para estabelecer essa convicção.

A Senhora Deputada Cecília Honório (BE) disse acompanhar algumas das preocupações expressas pelo senhor Deputado Hugo Velosa, muito embora saudando o rigor do parecer elaborado. Recordou o património do quadro sancionatório existente no âmbito da atividade desportiva, que tornava difícil sustentar alguma da fundamentação para a inconstitucionalidade das normas propostas.

O Senhor Deputado Telmo Correia (CDS/PP) considerou que algumas das questões colocadas levantavam dúvidas pertinentes mas deveriam ser consideradas à luz das Convenções Internacionais em matéria de desporto e da necessidade de harmonização de normas nessa área.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 83/XII/ 1.ª SL

A Relatora defendeu a posição expressa no parecer, no sentido da inconstitucionalidade de algumas das soluções normativas previstas, recordando jurisprudência sobre a matéria.

Submetido a votação, o parecer foi rejeitado, com votos contra do PSD e CDS/PP, a favor do PS e a abstenção do BE. O Senhor Presidente da Comissão anunciou então que comunicaria ao Presidente da Comissão de Educação que o parecer fora rejeitado.

Por fim, foram aprovadas por unanimidade, na ausência do PCP e do PEV, as atas n.ºs 73 a 82, correspondentes às reuniões de 1 a 28 de Junho de 2012.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12:15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 4 de julho de 2012

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(FERNANDO NEGRÃO)

Nota: Aprovada em 12-09-2012



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 83/XII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
Carlos Peixoto
Cecília Honório
Fernando Negrão
Filipe Neto Brandão
Francisca Almeida
Hugo Velosa
Isabel Alves Moreira
Isabel Oneto
João Lobo
João Oliveira
Jorge Lacão
Luís Pita Ameixa
Maria Paula Cardoso
Paulo Rios de Oliveira
Paulo Simões Ribeiro
Sérgio Sousa Pinto
Telmo Correia
Teresa Anjinho
Teresa Leal Coelho
Isabel Simões Pinto

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Hugo Lopes Soares
Ricardo Rodrigues

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

José Luís Ferreira